

ENSINO/EXERCÍCIO. QUE ESTRATÉGIAS?*

entrevista à Enfermeira Maria Aurora Bessa



A cidade do Porto recebeu-nos com um sol de Inverno, que teimava em espreitar por entre algumas nuvens.

À hora marcada, encontrámos na Enfermeira Maria Aurora Bessa, um marco da nossa profissão, que estando aposentada à cerca de dois anos insiste em manter um protagonismo que a caracterizou ao longo da sua vida.

Aquilo que seria uma pretensa entrevista, acabou por dar lugar a um diálogo franco em que se viveram parcelas da nossa história, se analisou o presente e por vezes se questionou o futuro.

A quantidade de informação recolhida daria certamente para vários relatos, mas o espaço disponível não nos permite alongar quanto gostaríamos. Tentámos, no entanto, traduzir fielmente o que de mais marcadamente se passou, enquanto o relógio não se cansava de rodar.

Lá fora há muito o sol se havia escondido, guardando energias para um novo dia.

SV- Como foi ser enfermeira nos anos 50?

AB- A enfermagem portuguesa deu um grande salto em 52. Era um curso mais organizado de 3 anos e exigia o 1º ciclo. Na altura pedi uma autorização ao ministro do interior e entrei com 17 anos para a Ângelo da Fonseca, onde tive o privilégio de ser aluna do sr. Teles, Mourão, Cândido e da enf. Taveiro, Resende e Repinico Dias.

A nível familiar não foi fácil dados os fenómenos sociais que abalavam a enfermagem.

SV- Esteve pouco tempo em Coimbra.

AB- Em 56 vim tirar o curso de Enfermeira Parteira Puericultora para o Porto, e aí apaixonei-me pelos partos. Concluído o curso fui de imediato convidada para a escola, pelo então director da maternidade, um ortopedista!

SV- Começou a leccionar sem ter tido experiência profissional?

AB- Situação que não aconselho a ninguém. Mas foi aí que descobri o gosto de ensinar.

SV- Desde então esteve sempre ligada ao ensino?

AB- Sim. Até 67 no Porto, depois de ter frequentado uma bolsa de estudo em Edimburgo, onde despertei para a investigação. A 28 de Novembro de 67 fui para a Escola de Ensino e Administração de Enfermagem, em Lisboa, onde tive o privilégio de trabalhar com a Enf. Diniz de Sousa. A escola era a Enf. Diniz de Sousa, a Marta Lima Basto e eu. Foi aí que comecei a ensinar investigação. Posteriormente fiquei com a parte da pedagogia e a Diniz de Sousa com a administração.

SV- Tiveram uma intensa actividade...

AB- Apesar de sermos só três, o trabalho era todo feito e com muita qualidade. Em 1971, a propósito da reforma do ensino do Dr. Veiga Simão, a escola fez um estudo sobre a definição do ensino, que depois entregou ao Prof. Fraústo da Silva, ao Marcelo Rebelo de Sousa, ao Roberto Carneiro, então assistentes e ao, já falecido, Prof. Amaro da Costa, que os deixou de boca aberta pela enorme qualidade. O estudo apontava para a passagem do curso de enfermagem para superior e para a descentralização das escolas.

SV- Projecto que só muito mais tarde viria a ser retomado, a nível governamental.

AB- Porque, entretanto, deu-se o 25 de Abril. As coisas tomaram um rumo diferente e a alternância governamental era de tal forma que um dia diziam-nos que a descentralização era uma prioridade, mas no outro já tinham abandonado o governo e outros diziam-nos para darmos o curso por correspondência! Foi o Dr. Correia de Campos quem uma vez disse

Os conselhos científicos das Escolas de Enfermagem deveriam ser constituídos por enfermeiros na sua maioria, mas também por psicólogos e sociólogos.

* Da responsabilidade de José Carlos Santos, Amílcar Carvalho, Arménio Guardado e Maria do Céu Barbieri.

no Porto que a escola ia abrir. Forçado a explicar esta afirmação disse, na altura, ter sido um discurso político. Só em 1981 abriu a Escola de Enfermagem do Porto, graças ao Dr. Costa e Sousa.

SV- Regressou novamente ao Porto.

AB- Com uma tarefa difícil, que era arranjar local para a escola. Procurámos em todo o lado e acabámos por abrir com muita dignidade mas num local exiguo para as nossas necessidades.

Em 1981 iniciá-

mos com o curso complementar que viria a acabar um ano depois. Depois abrimos o primeiro curso

de enfermagem Médico-Cirurgia, em que tivemos uma primeira fase onde formámos oito formadores, de entre os docentes. Posso-vos dizer que não há coisa pior que é ensinar a professores!

SV- Desde então esteve sempre ligada à Escola de Enfermagem, hoje Cidade do Porto, embora tenha participado em inúmeros grupos de trabalho e ocupado alguns cargos a nível da Europa Comunitária. Como avalia o processo de passagem da enfermagem a curso superior politécnico?



AB- Penso que em 71 tinha sido um êxito. Em 1988 era fatal. Senão vejamos: não somos ensino básico nem secundário; não somos ensino profissionalizante, como está concebido; universitário também não somos ... onde é que nos poderíamos integrar?

Agora temos de lutar é pela integração universitária.

SV- Se houvesse a integração mais cedo no politécnico poderíamos ter outro protagonismo?

AB- Claro. Reparem, quando começámos em 71 queríamos ser superior, ainda não havia o politécnico e a ideia era sermos integrados de forma a assegurarmos o prosseguimento dos estudos. Hoje entrámos para o politécnico quando "a poeira já estava assente". Se tivéssemos entrado no início, tínhamos usufruído do que eles usufruíram. Foram para lá com o 7º ano e hoje são professores do ensino superior politécnico, sem ninguém os pôr em causa. A nós exigem-nos o que não lhes foi exigido a eles.

SV- O que levanta o problema da autonomia científica, por não haver enfermeiros com habilitação própria reconhecida.

AB- Aí é que está o problema! Temos muito pouco e o que temos não valorizamos. Como sabem, o dec. lei nº 166/92, diz que as pessoas podem ser equiparadas a ... , só que, nunca mais se organizaram os júris para avaliarem curricularmente os candidatos, apesar de já haver enfermeiros com doutoramentos reconhecidos. Não há é vontade política. O nosso recelo é que o conselho científico possa ter mais de metade de pessoas não enfermeiras.

Teremos a autonomia que merecemos e soubermos conquistar

SV- Incluindo Sociólogos, Psicólogos e Médicos em igualdade, neste caso?

AB- Claro. Para este efeito sim. Não quer dizer que sociólogos e psicólogos não devam pertencer, mas sempre em minoria. Não vejo solução para esta situação a curto prazo. Como é que as escolas mandam formar enfermeiros? Onde é que há cursos de mestrado e doutoramento? Onde têm férias sabáticas e apoios financeiros? Em

parte nenhuma. Entretanto o prazo de transição termina em finais de 95, perdendo os enfermeiros a oportunidade de chegarem a professores coordenadores.



SV- O que levanta algumas questões quanto à direcção das escolas.

AB- Quem fica à cabeça da instituição escola?

Devo recordar que desde 1970, com a saída da portaria 34/70, que as escolas têm directores enfermeiros e os alunos ficam representados nos órgãos da escola. Antes do 25 de Abril. A enfermagem sempre andou à frente de outras profissões!

SV- Que implicações poderá ter chegarmos a 96 sem as pessoas terem podido avançar e com as escolas em regime de instalação?

AB- Não faço ideia nenhuma. O perigo é que podem lá colocar quem quiserem.

SV- Em relação à autonomia pedagógica, administrativa e financeira, que vinha contemplada no diploma da integração?

AB- Autonomia financeira não temos. É um dos problemas, regalias sociais não temos. A questão das cantinas, não temos, porque não somos ensino superior universitário e, por outro lado, não estamos integrados no politécnico. Temos autonomia mas é dentro de casa. Teremos a autonomia que merecemos e

que soubermos conquistar. Há coisas que não podemos perguntar, temos é que informar que fizemos!

SV - Actualmente constata-se um afastamento entre as escolas e as instituições de saúde. Como poderemos ultrapassar este aparente divórcio?

AB- Sabem, estou numa encruzilhada de pensamento, temos que fazer qualquer coisa para aproximar os enfermeiros do dito exercício e os enfermeiros do dito ensino.

Em Inglaterra contactei com uma experiência em que os enfermeiros chefes, naquele caso, tinham uma formação de seis meses de pedagogia vocacionada para a área de trabalho onde exerciam, obstetrícia, e tinham a obrigação de 4 em 4 anos fazer essa formação e recebiam os alunos em estágio. Mas iam à escola dar essa formação prática aos alunos e seguiam-nos em estágio, fazendo depois o relatório de estágio para a escola.

SV- Essa experiência não resultou, porque eles eram vistos como professores de segunda nas escolas e mal aceites no local de trabalho.

AB- Certo, mas podíamos melhorá-la. Não sei se seriam os do exercício a irem mais à escola se o contrário.

SV- O que é que lhe parece dos professores terem a obrigatoriedade de dedicarem parte do seu tempo à prática?

AB- Fui teórica durante mais de 30 anos! Hoje penso que os enfermeiros das escolas têm que ter uma ligação aos serviços da sua área totalmente diferente. Anteriormente não pensava assim. No início da minha actividade, os alunos saíam às 4h e eu ficava a assistir as parturientes, continuava a trabalhar nas férias e feriados. Sentia-me bastante segura e próxima da instituição. Algumas pessoas dizem em relação aos professores: "isso é muito bonito na teoria, mas quem lá está "com a mão na massa", não pode fazer isso".

SV- Os protocolos de colaboração são insuficientes?

AB- Ajudam mas não chegam. Os enfermeiros docentes ficam demasiado teóricos. Não podem antes de ir para um estágio, andar à procura do sítio dos materiais. O docente deve de ir uns dias antes para lá fazer um estágio, conhecer o serviço, os doentes, a equipa... e só depois os alunos irem.

SV- Iniciou o ensino de investigação em Portugal. Quer recordar-nos essa experiência?

AB- Fui na escola de Ensino e Administração de Enfermagem em Lisboa. A enf. Resende entregou-me umas aulas que ela tinha preparado em meias folhas A4 verdes, como era seu hábito. Em 67 chamava-se Introdução aos Métodos de Investigação.

Tinha tido uma experiência recente em Edimburgo, onde me haviam dado um trabalho para fazer, intitulado "O clima da Escócia está a deteriorar-se nos últimos 30 anos". Como imaginam isto nada me interessava. Por isso, desde sempre, só

punha uma questão aos "meus" alunos: que seja do interesse deles. Hoje, preocupa-me muito a falta de produção científica dos enfermeiros e acima de tudo a falta de publicações, apesar de haver excelentes trabalhos.

SV- Concorda que uma das dificuldades da investigação é a distância entre as temáticas e os problemas concretos do exercício?

AB- Sem dúvida. Tem-se investigado muito pouco sobre a prática e muito sobre a profissão. E aí nunca fui capaz de por os alunos a fazerem mais trabalhos de investigação sobre os cuidados. Sendo a enfermagem uma ciência humana, de pessoas sobre pessoas, o método geralmente mais válido de recolha de dados é a observação directa. Como a investigação é uma disciplina dum curso, não um curso, não podemos dar metade do tempo para a investigação e outra metade para o resto. Daí o aluno

não poder fazer investigação a tempo inteiro. Isso levou-me a não lutar mais para que se fizesse mais investigação de cuidados.

Algumas pessoas defendiam que a investigação era para ser feita por elites, elitizaram a investigação. Felizmente aceitaram depois que a investigação é feita no nosso dia a dia.

SV- A carência de investigação que já referiu, não poderia ser ultrapassada por mais incentivos, nomeadamente prémios de investigação?

AB- Não é decisivo, mas poderá ser uma forma.

Tenho participado nalguns júris onde a qualidade nem sempre é a melhor, mas o importante é ir fazendo, aperfeiçoando. Nisto, como noutras coisas há quem não faça nem deixe fazer, quem não faça mas deixe fazer e quem faça e deixe fazer.



Como sabem deu-se um passo de gigante com a criação da Comissão Nacional de Investigação, mas esta nunca andou para a frente. Esta comissão afundou-se porque não há noutras profissões esta comissão e, enquanto não houver, temos

Tem-se investigado muito pouco sobre a prática e muito sobre a profissão

alguma dificuldade em andar. Depois tentou-se em demasia o perfeccionismo e às vezes o óptimo é inimigo do bom. Se fosse demasiado perfeccionista nunca tinha aberto a escola do Porto!

SV- Já afirmou anteriormente que os enfermeiros tinham falta de coragem para assumir a investigação.

AB- Falta de coragem no sentido de adinamia. Muito tem a ver com isso. Por exemplo admiro muito a Dra. Wanda Horta porque ela em 73, no I Congresso de

Enfermagem veio a Portugal com um trabalho de investigação incipientíssimo, mostrar-nos o que era o processo de enfermagem. Nós teríamos medo que alguém nos roubasse a ideia. Ela teve uma coragem e uma humildade notáveis. Nós temos muito receio de demonstrar o que fazemos. Às vezes pegamos nos trabalhos só para deitar abaixo.

SV- Pertenceu entre 87 e 90 ao Comité de Formação de Parteiras da CEE. Que balanço é que faz da sua participação?

AB- O trabalho era difícil, sendo quase impossível gerar consensos com 12 países diferentes. As tomadas de decisão adquirem contornos muito políticos. No entanto, fui eu que levantei a necessidade de, no comité, o coordenador ser necessariamente uma(o) parteiro(a), o que deu para gelar a sala, mas depois fui cumprimentada e conseguiu-se algo que se tentava há anos.

SV- Como colocaria a nossa enfermagem no contexto europeu?

AB- Em termos de formação de parteiras, teremos das melhores a nível europeu. A concepção, tempos de estágio, campos de estágio, acompanhamento de alunos, experiências ... tudo isto era muito melhor aproveitado. Apesar de termos nos 18 meses cerca de 3 meses para pedagogia e administração... que eles nunca chegaram a saber. Por isso vímo-nos forçados a aumentar mais 3 meses à especialidade para não sofrermos sanções.

SV- A melhor formação repercute-se na qualidade?

AB- Bom... o que conheço melhor é a Inglaterra. Enquanto nós privilegiamos a cama "dobrada", direitinha, tudo no seu lugar, lá era uma aparente confusão. Muitas flores, a cama toda desajeitada, muitos cartões postais abertos... Mas as

parturientes sentiam-se em casa, coisa que não acontecia cá. Em termos de qualidade as pessoas

eram mais bem tratadas Pelo menos na altura.

SV- Como analisa toda esta dinâmica pró-estatuto e pró-órgão autónomo?

AB- O estatuto não se escreve... conquistou-se e parece-me que temos andado mais preocupados em escrevê-lo que em conquistá-lo.

Eu não estou ligada ao estatuto, isso tem estado a cargo das associações profissionais e sindicatos.

Quanto à Ordem, antes de começarmos a elaborar estatutos falámos com todas as estruturas sindicais e associações de enfermeiros. Ouvimos ainda várias individualidades e entre elas o Dr. Paulo Mendo, porque em 77/78 já nos havia falado da necessidade de uma Ordem dos enfermeiros. Daí o seu artigo no Jornal de Notícias e por isso surgiu o nome da ordem. Entregámos os estatutos da Ordem em 23 de Fevereiro de 94. O que causou alguma agitação e levou uma estrutura a afirmar que nós não tínhamos sido eleitas, portanto não tínhamos legitimidade. Daí

mais uma necessidade de haver a Ordem para haver uma estrutura onde todos estejam inscritos para poder haver eleições.

Em relação aos nomes foram ouvidas todas as associações e as pessoas escolhidas foram: a En^{fa}. Diniz de Sousa, cu, En^{fa}. Mourão, En^{fa}. Quintão Pereira e o En^{fa}. João Fernandes da Silva que foi proposto por nós e aceite.

A nossa proposta foi bastante bem recebida no Ministério da Saúde, mas há um aspecto muito importante que caiu nas atribuições "participar na definição da política de saúde do país". Se a Ordem dos médicos pode, porque é que nós não vemos isso nos estatutos?

Já se foi falar com o dr. Paulo Mendo no sentido desta atribuição ser adquirida.

SV- Por parte das associações e sindicatos, qual é a reacção à Ordem?

AB- De uma forma geral muito boa.

SV- Usando os seus termos, a enfermagem em Portugal, faz e deixa fazer, não faz nem deixa fazer ou não faz mas deixa fazer?

AB- Faz e deixa fazer!

SV

E X A M E

(1 a 5 valores)

Ministro da Saúde	4
Lei de bases da saúde	2,5
Carreira de enfermagem	4
investigação em Enfermagem	5
Escolas Superiores de Enfermagem	4,5
Cursos Superiores de Enfermagem	4
Estatuto	4
Ordem	5
Especialidade em Saúde Materna e Obstétrica	5
Escola Superior de Enfermagem	
Cidade do Porto	5+